



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO
CAMPUS CUIABÁ – BELA VISTA
DEPARTAMENTO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO
CURSO SUPERIOR TECNOLOGIA E GESTÃO AMBIENTAL**

JOELINA SILVA DOS SANTOS LARA

**LEVANTAMENTO DOS PLANOS DE MANEJO DOS PARQUES URBANOS DO
MUNICÍPIO DE CUIABÁ, MATO GROSSO**

**Cuiabá/MT
2016**

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

JOELINA SILVA DOS SANTOS LARA

LEVANTAMENTO DOS PLANOS DE MANEJO DOS PARQUES URBANOS DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, MATO GROSSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso Campus Cuiabá – Bela Vista.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Borges de Oliveira Júnior.

**Cuiabá/MT
2016**

**Divisão de Serviços Técnicos. Catalogação da Publicação na Fonte. IFMT Campus
Cuiabá Bela Vista
Biblioteca Francisco de Aquino Bezerra**

L3181

Lara, Joelina Silva dos Santos.

Levantamento dos planos de manejo dos parques urbanos do município de Cuiabá, Mato Grosso./ Joelina Silva dos Santos Lara._ Cuiabá, 2016.

44 f.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Borges de Oliveira Júnior

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)_. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Campus Cuiabá – Bela Vista. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

1. Áreas verdes – TCC. 2. Gestão ambiental – TCC. 3. Unidades de conservação – TCC. I. Oliveira Júnior, Samuel Borges de. II. Título.

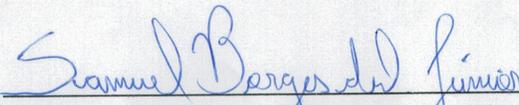
IFMT CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA CDU 504.06
CDD 304.2

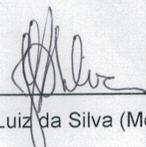
JOELINA SILVA DOS SANTOS LARA

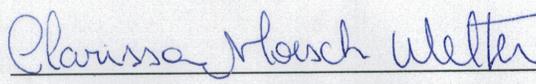
**LEVANTAMENTO DOS PLANOS DE MANEJO DOS PARQUES URBANOS DO
MUNICÍPIO DE CUIABÁ, MATO GROSSO**

Trabalho de Conclusão de Curso em “Curso Superior Tecnologia em Gestão Ambiental”, submetido à Banca Examinadora composta pelos Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Cuiabá Bela Vista como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Graduado.

Aprovado em: 28/03/2016.


Prof. Dr. Samuel Borges de Oliveira Júnior (Orientador)


Prof. Dr. Jorge Luiz da Silva (Membro da Banca)


Prof. MSc, Clarissa Moesch Welter (Membro da Banca)

Cuiabá/MT

2016

DEDICATÓRIA

Primeiramente quero louvar a Deus pelas oportunidades concedidas, porque tudo é dele, por ele e para ele. E sem a graça e a misericórdia de Deus eu não teria conseguido. Quero dedicar este trabalho também a minha família, principalmente meus pais, pois sem o apoio e o auxílio deles eu não alcançaria essa vitória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus eterno, por te me dado força, graça e sabedoria para vencer mais essa etapa da minha vida.

Agradeço a meus pais por terem me dado tudo que eles podiam até aqui.

Agradeço ao meu professor orientador, que me guiou com excelência neste trabalho. Apesar de todas as dificuldades, ele se mostrou um maravilhoso mestre.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Prof° Jorge Luiz Silva e Profª Clarissa Moesch Welter, pelas contribuições ao trabalho.

Agradeço as minhas queridas amigas Priscila Machado Ferreira Albano e Rayza Rodrigues Martins que contribuíram muito com meu desenvolvimento acadêmico.

Agradeço ao colega Wesley Albano Oliveira Silva pelas contribuições geográficas do trabalho.

RESUMO

Com o crescimento das cidades e a destruição das florestas, o interesse por jardins e parques apareceu como contraponto à sociedade industrial. Diante disso, o parque urbano passa a ser o *locus* da preservação ambiental, da contemplação e do bem-estar daqueles que o utilizam e/ou que vivem ao redor do parque. Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi realizar um levantamento dos planos de manejo dos parques urbanos da cidade de Cuiabá, demonstrando a aplicação desses documentos para a conservação dessas áreas. Após a identificação das áreas verdes, foi realizada uma pesquisa *in loco*, onde foram entrevistados os responsáveis pela gestão das mesmas, para descobrir quais tinham Plano de Manejo ou qualquer outro documento utilizado para a gestão da área. Em seguida, foi aplicado um questionário apenas com os gestores das áreas verdes que possuíam Plano de Manejo. Foram identificadas 11 Parques urbanos dentro da área urbana de Cuiabá, sendo que, destas áreas, apenas os parques de competência estadual possuíam plano de manejo. Entretanto, apesar de possuírem esse documento, os programas propostos ainda não são executados satisfatoriamente, sendo a falta de recursos financeiros, uma das principais dificuldades citadas pelos gestores dessas unidades.

Palavras-chave: Áreas verdes, gestão ambiental, unidades de conservação.

ABSTRACT

With the growth of cities and the destruction of forests, interest in gardens and parks appeared as a counterpoint to the industrial society. Thus, the urban park becomes the locus of environmental preservation, contemplation and well-being of those who use and/or living around the park. Thus, the aim of the research was to survey the plans of management of urban parks in the city of Cuiabá, demonstrating the application of these documents to the conservation of these areas. After the identification of green areas, an on-site survey was conducted to interview those responsible for managing them, to find out what had management plan or any other document used to manage the area. Then, a questionnaire was applied only to the managers of green areas that had Management Plan. Were identified 11 urban parks within the urban area of Cuiabá, and, of these areas, only the state had jurisdiction parks management plan. However, despite having this document, the proposed programs are not implemented satisfactorily, and the lack of financial resources, one of the main difficulties cited by the managers of those units.

Keywords: Green areas, environmental management, conservation units.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Mapa de Localização do município de Cuiabá.....	18
Figura 02. Horto Florestal de Cuiabá – Tote Garcia.....	21
Figura 03. Parque Municipal Morro da Luz.....	21
Figura 04. Parque Municipal Lagoa Encantada.....	22
Figura 05. Parque da UFMT.....	22
Figura 06. Parque José Inácio da Silva – Zé Bolo Flô.....	23
Figura 07. Parque Estadual Mãe Bonifácia.....	23
Figura 08. Parque Estadual Massairo Okamura.....	24
Figura 09. Parque Memorial João Paulo II.....	24
Figura 10. Parque Militar.....	25
Figura 11. Parque Municipal Nossa Senhora Aparecida.....	25
Figura 12. Parque Municipal Tia Nair.....	26
Figura 13. Limites do Parque Zé Bolo Flô.....	27
Figura 14. Parque Zé Bolo Flô.....	28
Figura 15. Limites do Parque Mãe Bonifácia.....	29
Figura 16. Parque Mãe Bonifácia.....	29
Figura 17. Limites do Parque Massairo Okamura.....	30
Figura 18. Parque Massairo Okamura.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

IPDU	Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SIMA	Sistema Municipal de Meio Ambiente
SMUC	Sistema Municipal de Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidades de Conservação
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Áreas verdes do perímetro urbano do município de Cuiabá.....	20
Tabela 02. Respostas obtidas após aplicação do questionário.....	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	14
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
4.1 Parque Estadual José Inácio da Silva (Zé Bolo Flô).....	27
4.2 Parque Estadual Mãe Bonifácia.....	28
4.3 Parque Estadual Massairo Okamura.....	30
4.4 Discussão sobre o questionário aplicado aos gestores dos parques estaduais da área urbana do município de Cuiabá.....	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6. REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE I.....	43
APÊNDICE II.....	44

1. INTRODUÇÃO

A urbanização é um processo mundial e irreversível, que promove uma produção espacial cada vez mais extensa e articulada na perspectiva dos espaços construídos em detrimento dos espaços naturais (GONÇALVES, 1995).

Com o crescimento das cidades e a destruição das florestas, o interesse por jardins e parques apareceu como contraponto à sociedade industrial. As primeiras demandas por espaços naturais voltados para o lazer e para a recreação surgiram em decorrência do processo de urbanização das cidades, da aglomeração demográfica nos centros urbanos e com o crescimento maciço da atividade industrial (FERREIRA, 2006; VAINER, 2010).

Os parques urbanos são equipamentos públicos difundidos a partir das experiências inglesas, francesas e americanas e surgiram de ações concretas, em situações geográfica e historicamente específicas. A gênese dos parques urbanos, demonstra que o mesmo é um produto da era industrial (LIMA; ROCHA, 2009).

O modelo de criação de áreas naturais protegidas, nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, se constitui numa das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países do Terceiro Mundo. Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza. Os preservacionistas americanos, partindo do contexto de rápida expansão urbano-industrial dos Estados Unidos, propunham "ilhas" de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedade ou espaços públicos (DIEGUES, 2000, p. 11)

Com a criação da Lei n. 9.985, que trata sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000), o parque urbano no Brasil assume novo significado e função: preservação da biodiversidade para o bem coletivo, através da criação de unidades de conservação, o que condiz com os ideais americanos na criação de áreas preservadas. De acordo com o SNUC, unidade de conservação

é definida como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites

definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 1).

Entretanto, não existe uma definição no SNUC sobre o que seja um parque urbano. Na maioria das definições, o parque urbano é definido como uma área verde, com funções ecológica, estética e de lazer, sendo que sua extensão deve ser maior do que praças e jardins públicos e com predominância de elementos naturais (KLIASS, 1993; LIMA, 1994). Para Macedo e Sakata (2002, p.14), os parques urbanos podem ser considerados como,

todo o espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica e auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.

Diante disso, o parque urbano passa a ser o *locus* da preservação ambiental, da contemplação e do bem-estar daqueles que o utilizam e/ou que vivem ao redor do parque. Sob a perspectiva do bem coletivo, a lei do SNUC traz no seu bojo a necessidade de democratização na criação e gestão do espaço público envolvendo a participação da sociedade civil na sua gestão.

Essas áreas acabam se constituindo como atenuantes da paisagem urbana, pois tem a finalidade de melhorar a qualidade de vida, fornecer alternativas para a recreação de seus usuários, além de estarem voltadas à preservação ambiental, à preservação dos recursos hídricos, e à própria sociabilidade das pessoas que frequentam esses lugares (LOBODA; ANGELIS, 2005).

Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi realizar um levantamento dos planos de manejo dos parques urbanos da cidade de Cuiabá, demonstrando a aplicação desses documentos para a conservação dessas áreas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A origem dos parques urbanos no mundo se apresenta muito distinta na literatura, pois, para a conceituação considera-se muito a definição que é dada. Por exemplo, se considerarmos como espaço público de recreação como a definição de parques, poderíamos considerar sua existência desde a Grécia antiga ou até mesmo desde a civilização babilônica; se considerarmos a definição da enciclopédia, como áreas verdes cercadas ou muradas, a origem pode datar da época medieval, referindo-se aos bosques que os nobres mantinham em suas propriedades (FARIA, 2008).

Ao estabelecer as raízes históricas da criação dos parques urbanos, atribuiu-se a Índia do século IV a.C., os primeiros registros de áreas verdes, sobre o amparo das florestas sagradas, e ainda também os gregos como os primeiros a 'democratizar seus espaços', já que cidades maiores, como Atenas, ofereciam aos cidadãos uma praça para reuniões públicas, relaxamento e esparecimento (MATOS, 2004).

Entretanto é a partir do século XVIII que a origem dos parques urbanos surge com uma definição com maior ênfase, principalmente na França e na Inglaterra, juntamente com a Revolução Industrial. Apesar da ênfase do sec. XVIII,

o parque urbano tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte, com ênfase maior na reformulação de Haussmann em Paris, e o Movimento dos Parques Americanos - o Park Movement liderado por Frederick Law Olmstead e seus trabalhos em New York, Chicago e Boston (SCALISE, 2002, p. 2).

Com o crescimento acelerado das cidades, aumentava os problemas urbanos, que clamavam por espaços com funções primordiais como a recreação e o lazer. Por isso, a vegetação passou a ser um elemento incorporado na paisagem urbana, como as praças e os parques urbanos, com ocupação do espaço definido e restrito nas cidades, considerados como de utilidade pública (ZANIN, 2002; BOVO, 2012).

As primeiras unidades consideradas parques urbanos no mundo foram: o Victoria Park, fundado em Londres em 1845; o Birkenhead Park, inaugurado em

1847 na Inglaterra; e o famoso Central Park inaugurado em 1858. Entretanto, o Boston Common, em Boston (EUA), existe desde 1634. Porém, na época, ele era utilizado como uma fazenda e chegou até a servir de área militar (FARIA, 2008).

A concepção de parque urbano surgiu nas cidades para atender uma nova demanda social, com espaços adequados para o lazer e relaxamento, contrapondo a vida agitada do meio urbano. A criação dos espaços verdes destinava-se especialmente à promoção da qualidade de vida urbana, no bem-estar das pessoas (SILVA, 2003).

Em 1970, o espaço nas cidades brasileiras sofreu as mais evidentes transformações. A busca pela compreensão da diversidade dos aspectos do espaço urbano relacionados à qualidade ambiental das áreas urbanas foram debatidos por diversos pesquisadores nos níveis técnicos e científicos. E sob essa concepção da qualidade de vida e do bem estar das pessoas, nasceram os parques urbanos no Brasil, consolidados até o final dos anos 90 (BARGOS; MATIAS, 2011; CARDOSO et al., 2015).

Os primeiros parques urbanos brasileiros são bem distintos dos europeus, pois não surgem da urgência social de atender às necessidades das massas urbanas das cidades do século XIX, pois o Brasil, nessa fase, não possuía uma malha urbana expressiva, e as cidades brasileiras não tinham o porte das cidades européias (BOVO, 2012).

No Brasil, os parques foram criados como figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam o país e procuravam construir uma configuração urbana semelhante aos modelos ingleses e franceses. A função a que se destinavam esses primeiros parques nas emergentes cidades era o lazer e recreação, sendo que as ideias de parque, segundo Melazo e Colesanti (2003, p. 5), "estavam ligadas ao modelo de jardins, com influências de culturas e artes orientais modelados e planejadas paisagisticamente de acordo com a disposição dos elementos naturais preexistentes".

A história da criação de parques urbanos no Brasil iniciou-se no Rio de Janeiro com a fundação do Jardim Botânico em 1808, por Dom João VI. O Jardim foi criado pela família real portuguesa, e ao longo do século XIX foi transformado em um parque público, mantendo características dos jardins ingleses (BOVO, 2012).

Em Mato grosso a primeira unidade de conservação (UC) criada foi o Parque Estadual Águas Quentes, a partir do Decreto Estadual nº 1.240, de 13 de janeiro de

1978, no município de Santo Antônio do Leverger. Entretanto a percepção das UC's no estado começou em 04 de novembro de 1997, com a constituição do documento estadual que dispõe a criação de tais áreas dentro do âmbito estadual (SEMA, 2013).

Os Parques estaduais têm como objetivo básico a premissa da preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização e desenvolvimento de pesquisas científicas e de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SEMA, 2012a).

A importância dos parques urbanos para as cidades é evidente, mas apesar das inúmeras vantagens destacadas é importante observar que em muitos dos casos a gestão desses lugares não é realizada de forma concisa, sendo que problemas ambientais na maioria dos casos não são tratados ou mitigados (REZENDE et al., 2012).

As áreas verdes em espaços urbanos aumentam o nível de umidade do ar, amenizam a temperatura, reduzem a poluição sonora e atmosférica, além de proporcionar abrigo para fauna e flora (TROPPIAIR; GALINA, 2002).

Isso torna os parques áreas de extrema importância e que necessitam de estudos que envolvam pesquisas quanto aos exemplares que se abrigam nessas áreas, além de proporcionar para a sociedade qualidade de vida e ambiental, sendo então necessárias ações práticas como a elaboração de planos de manejo que sejam levados em prática (ALMEIDA et al., 2014).

O plano de manejo é um instrumento utilizado para o gerenciamento dos parques, devendo abranger a área da UC, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos (BRASIL, 2000). Conforme o SNUC, trata-se de um

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade de Conservação (BRASIL, 2000, p. 3).

O plano de manejo de uma UC apresenta três abordagens distintas: enquadramento – que define a importância da UC no âmbito internacional, federal e estadual; diagnóstico – que verifica a questão socioambiental do entorno e a caracterização ambiental e institucional; proposições – que se relaciona com a UC e

sua região, com o intuito de mitigar questões de conflito e otimizar situações a favor da UC (IBAMA, 2002).

Além disso, existem seis encartes utilizados para a elaboração do plano de manejo: contextualização da UC, análise regional, unidade de conservação, planejamento, projetos específicos e, monitoria e avaliação. A partir destes encartes têm-se o conhecimento necessário para a definição e a tomada de decisão para o planejamento da UC (IBAMA, 2002).

O plano de manejo de uma unidade de conservação representa a mais importante ferramenta documentada, pois apresenta as diretrizes a serem adotadas no decorrer do planejamento, na administração e no manejo da unidade de conservação propriamente dita.

3. MATERIAL E METODOS

A pesquisa foi realizada no município de Cuiabá, Mato Grosso, que possui uma área de 3.538,17 km², correspondendo 254,57 km² à macrozona urbana e 3.283,60 km² à área rural (Figura 1). Além do distrito-sede de Cuiabá, integram o município os distritos de Aguaçu, Coxipó da Ponte, Coxipó do Ouro, Nossa Senhora da Guia, Nova Esperança (Pequizeiro) e Sucuri (CUIABÁ, 2012).

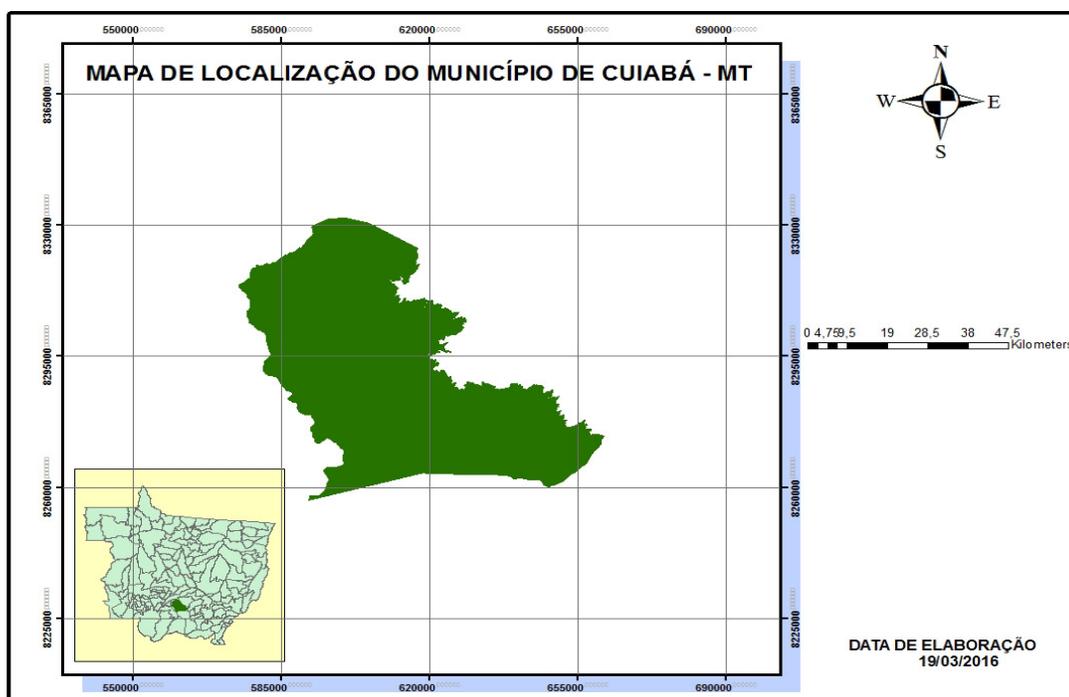


Figura 1. Mapa de localização do município de Cuiabá/MT (Fonte: SILVA, 2016).

A cidade de Cuiabá está localizada em uma região fitofisionômica característica do cerrado. Pode-se definir a vegetação nativa do município de Cuiabá pela ocorrência de cerrado, cerradão, mata ciliar, mata semidecídua e mata de encosta. As áreas verdes que fazem parte da sede do município são representadas principalmente por vegetação remanescente de áreas não construídas, margens de córregos, vegetação domiciliar, riachos e rios, fundos de vale, parques, praças e vegetação viária (CUIABÁ, 2012).

Destacam-se, entre os representantes da vegetação nativa: a bocaiuva (*Acracomia aculeata*), espécie de palmeira com fruto bastante apreciado na região; o

pequi (*Caryocar brasiliense*), com fruto comestível, amplamente utilizado na culinária, a exemplo do licor; o cumbaru (*Dipteryx alata*), o ipê-amarelo (*Tabebuia caraiba*), o tarumã (*Vitex cymosa*), entre várias outras espécies (CUIABÁ, 2012).

Para a realização desse trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que segundo Marconi e Lakatos, (2011) consiste em bibliografias já tornadas públicas em relação ao tema de estudo, que tem por base principalmente, livros, artigos científicos, monografias, teses jornais, revistas, material cartográfico, etc. Nessa pesquisa, foram utilizadas principalmente as seguintes referências: BRASIL (2000), IBAMA (2002), SEMA (2012a), SEMA (2012b) e SEMA (2013), com o intuito de conhecer as áreas verdes, reconhecidas como parques dentro da área urbana do município de Cuiabá. Além disso, foram realizadas visitas no Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (IPDU) e na prefeitura de Cuiabá.

Após a identificação dos parques foi realizada uma pesquisa *in loco*, onde foram entrevistados os responsáveis pela gestão das mesmas, para descobrir quais dessas áreas tinham Plano de Manejo ou qualquer outro documento utilizado para a gestão da área. Nesse momento da pesquisa foi utilizado um roteiro (Apêndice I) como guia desse primeiro contato com os órgãos gestores dessas áreas. Para as áreas de competência municipal, foi realizada a visita na prefeitura de Cuiabá, no Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. Para as áreas de competência estadual foi realizada visita na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). E para a área de competência federal, a visita ocorreu na própria área.

Após a primeira visita realizada nos órgãos gestores das unidades, foi realizada entrevista com os gestores das unidades que possuíam plano de manejo e aplicado um questionário (Apêndice II) com perguntas abertas, que permitem ao entrevistado responder livremente usando linguagem própria, e relatar a sua opinião, sendo que esse tipo de questionário possibilita investigações mais profundas e precisas (MARCONI; LAKATOS, 2011).

O questionário foi aplicado aos gestores dos parques que possuíam Plano de Manejo, buscando compreender a efetividade desse documento dentro dessas unidades de conservação, além de verificar quais são os programas existentes no plano de manejo, se os mesmos são executados pela equipe gestora e quais as maiores dificuldades na sua execução.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a pesquisa bibliográfica e as visitas *in loco*, foram identificadas 11 áreas verdes dentro da área urbana do município de Cuiabá, divididas entre as competências municipal, estadual e federal, conforme demonstra a Tabela 1. Logo após, são apresentadas cartas imagens georreferenciadas, com a localização dessas áreas no perímetro urbano de Cuiabá (Figuras 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11).

Tabela 1. Áreas verdes do perímetro urbano do município de Cuiabá.

Área verde/UC	Competência	Plano de Manejo	Documento de gerenciamento ambiental
Horto Florestal de Cuiabá – Parque Tote Garcia	Municipal	Não	Não
Parque Antonio Pires de Campos – Morro da Luz	Municipal	Não	Não
Parque da Lagoa Encantada	Municipal	Não	Não
Parque Federal da UFMT	Federal	Não	Não
Parque José Inácio da Silva – Zé Bolo Flô	Estadual	Sim	Sim
Parque Mãe Bonifácia	Estadual	Sim	Sim
Parque Massairo Okamura	Estadual	Sim	Sim
Parque Memorial João Paulo II	Municipal	Não	Não
Parque Militar General Eurico Gaspar Dutra	Municipal	Não	Não
Parque Nossa Senhora Aparecida	Municipal	Não	Não
Parque Tia Nair	Municipal	Não	Não

Dessas áreas, apenas os parques de competência estadual possuem plano de manejo: Parque José Inácio da Silva (Zé Bolo Flô), Parque Mãe Bonifácia e Parque Massairo Okamura. Os planos de manejo dessas UC's estão disponíveis no

site da SEMA e foram utilizados como base para a segunda parte dessa pesquisa.

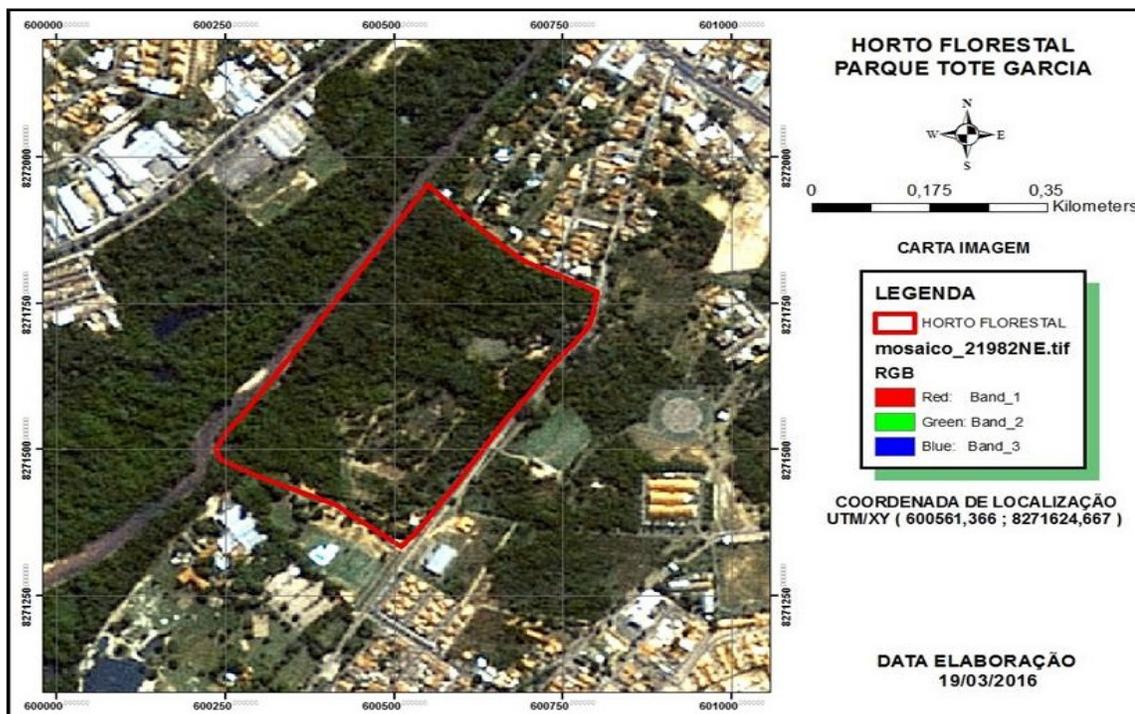


Figura 2. Horto Florestal de Cuiabá – Parque Tote Garcia (Fonte: SILVA, 2016).

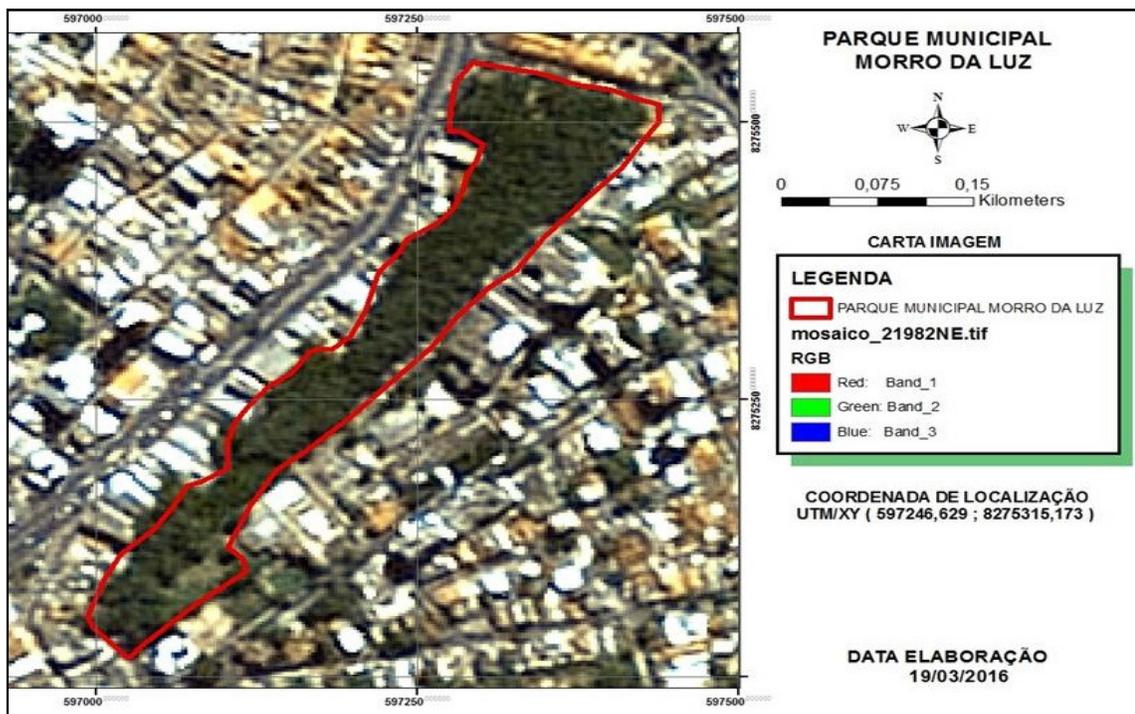


Figura 3. Parque Municipal Morro da Luz (Fonte: SILVA, 2016).

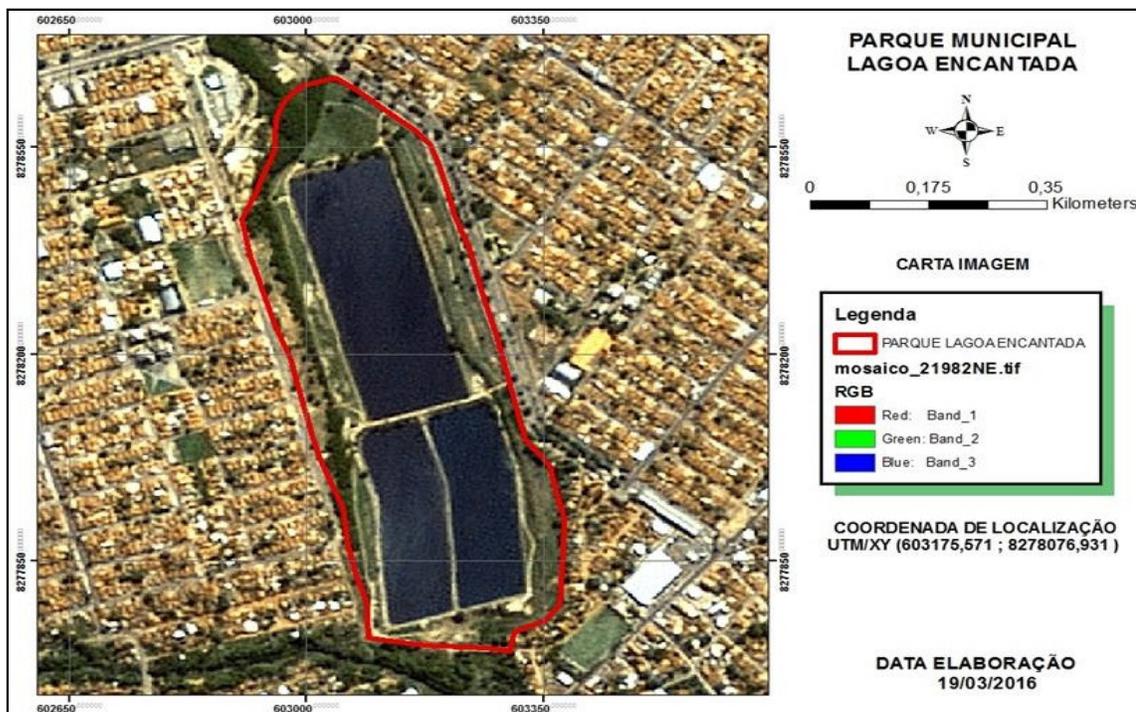


Figura 4. Parque Municipal Lagoa Encantada (Fonte: SILVA, 2016).

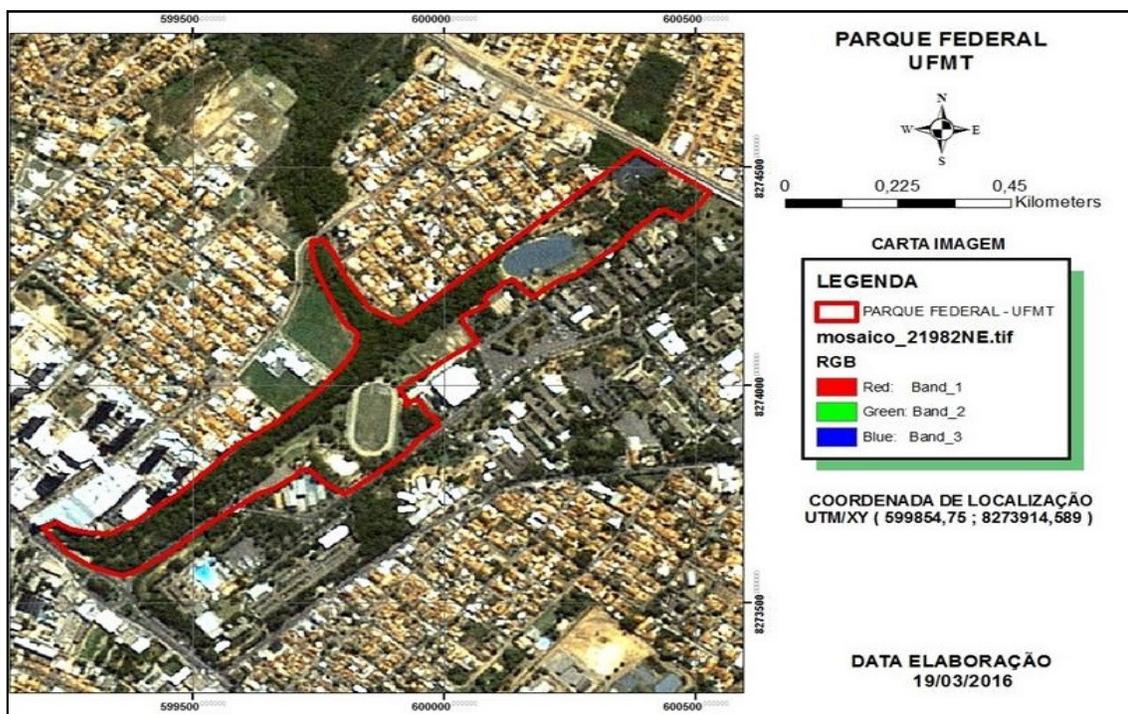


Figura 5. Parque Federal da UFMT (Fonte: SILVA, 2016).

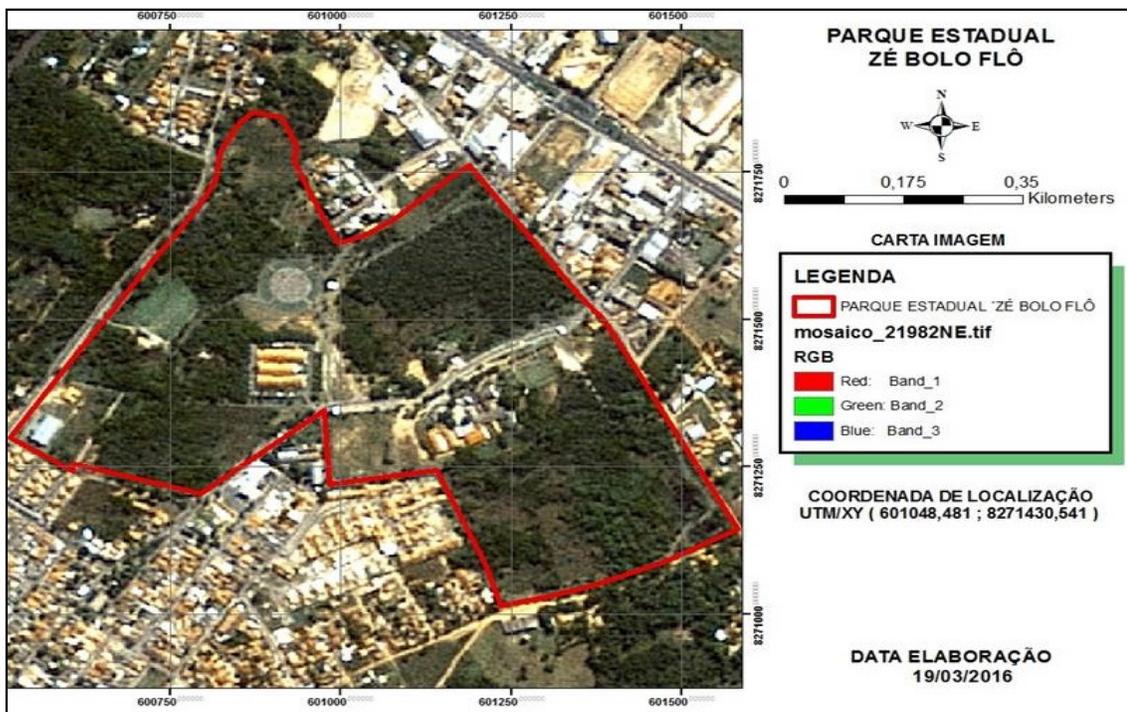


Figura 6. Parque Estadual Zé Bolo Flô (Fonte: SILVA, 2016).

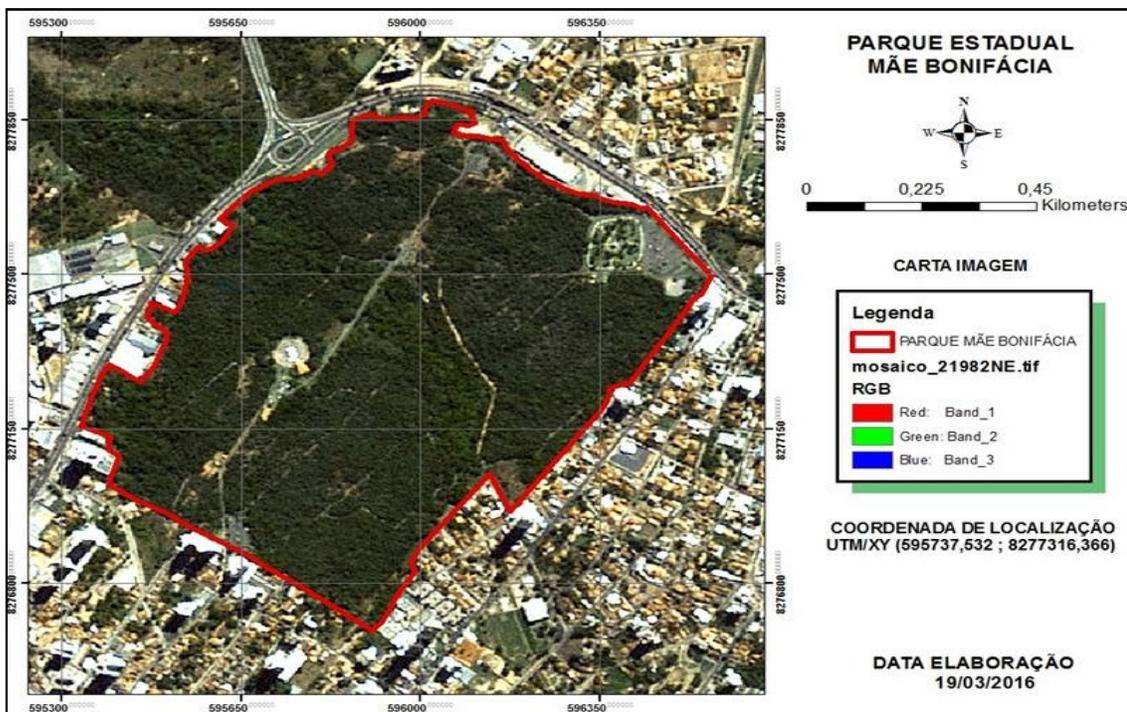


Figura 7. Parque Estadual Mãe Bonifácia (Fonte: SILVA, 2016).

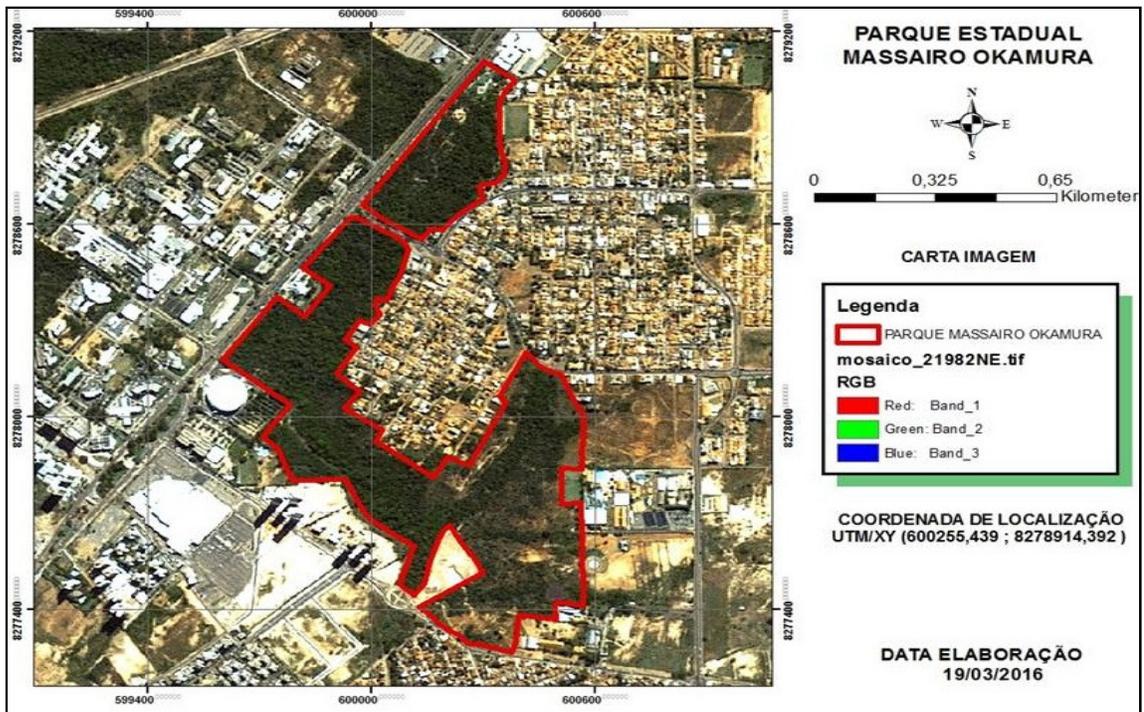


Figura 8. Parque Estadual Massairo Okamura (Fonte: SILVA, 2016).

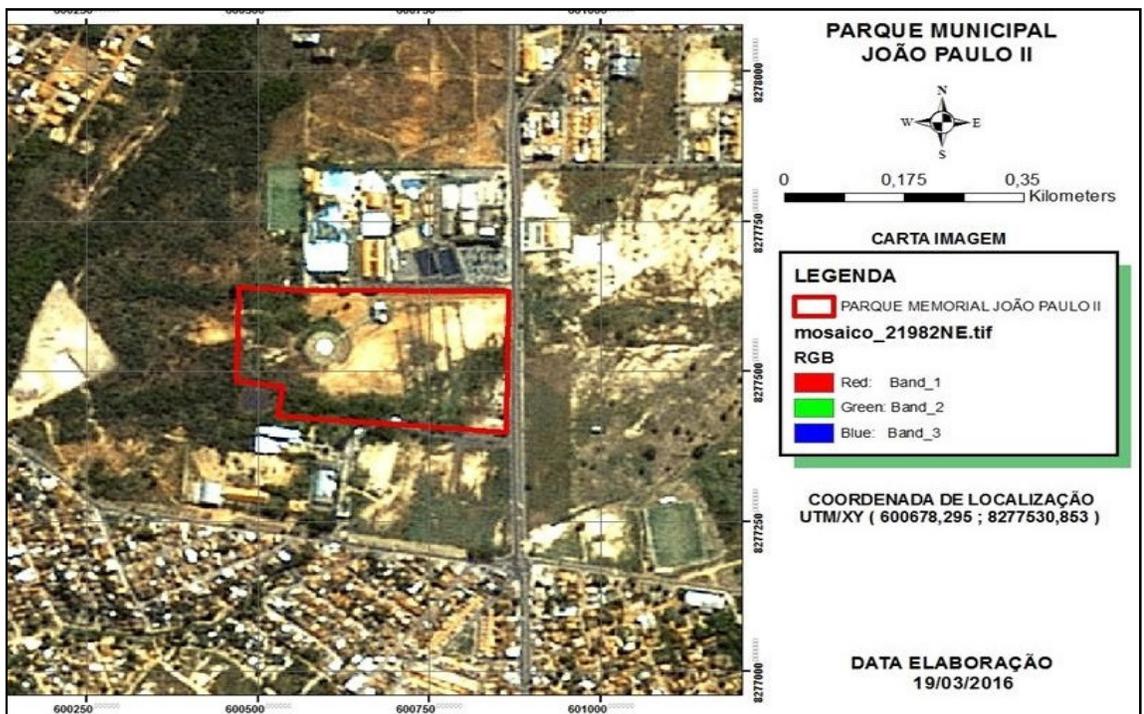


Figura 9. Parque Memorial João Paulo II (Fonte: SILVA, 2016).

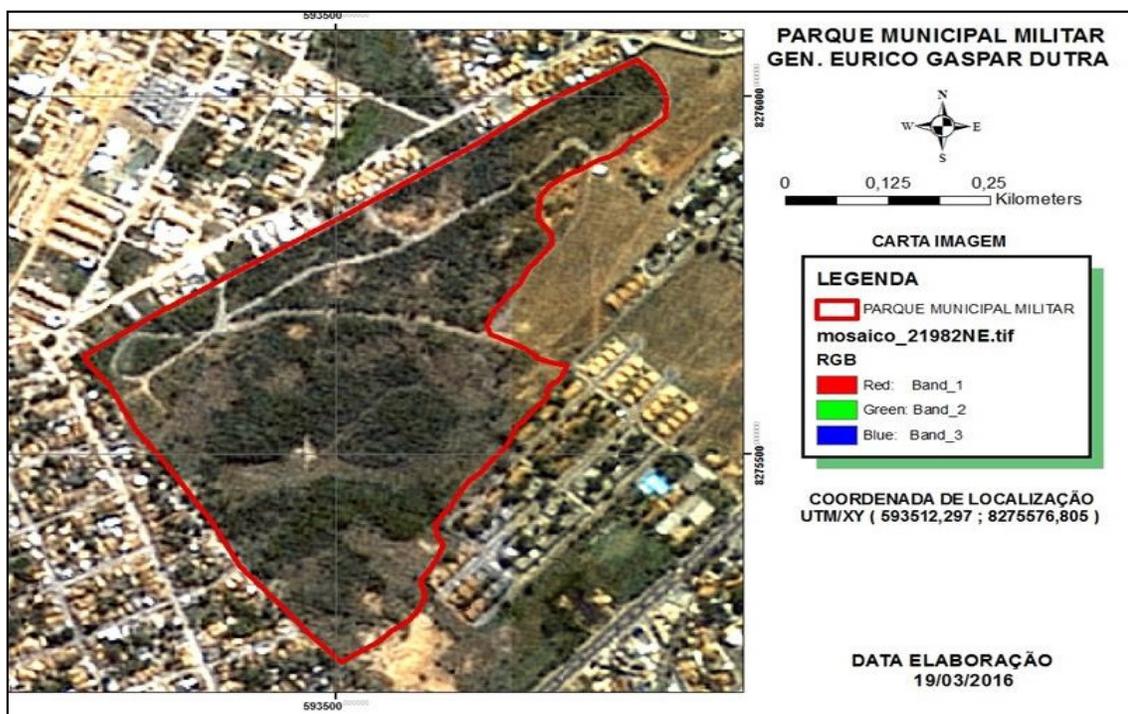


Figura 10. Parque Municipal Militar (Fonte: SILVA, 2016).

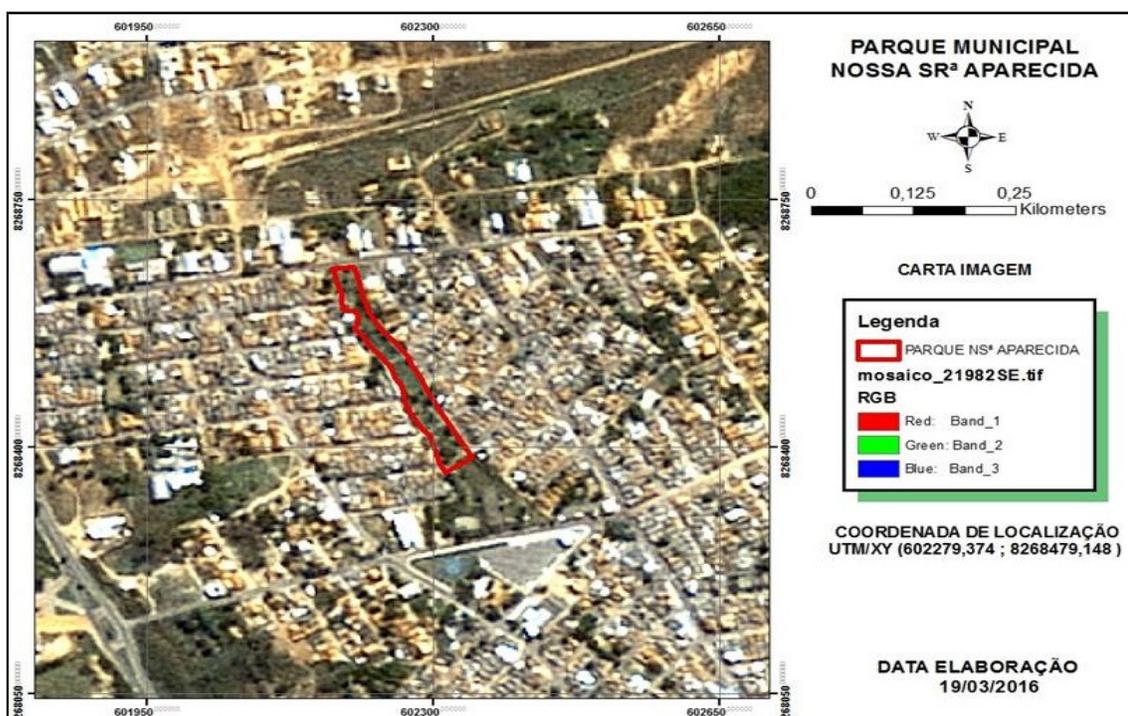


Figura 11. Parque Municipal Nossa Senhora Aparecida (Fonte: SILVA, 2016).

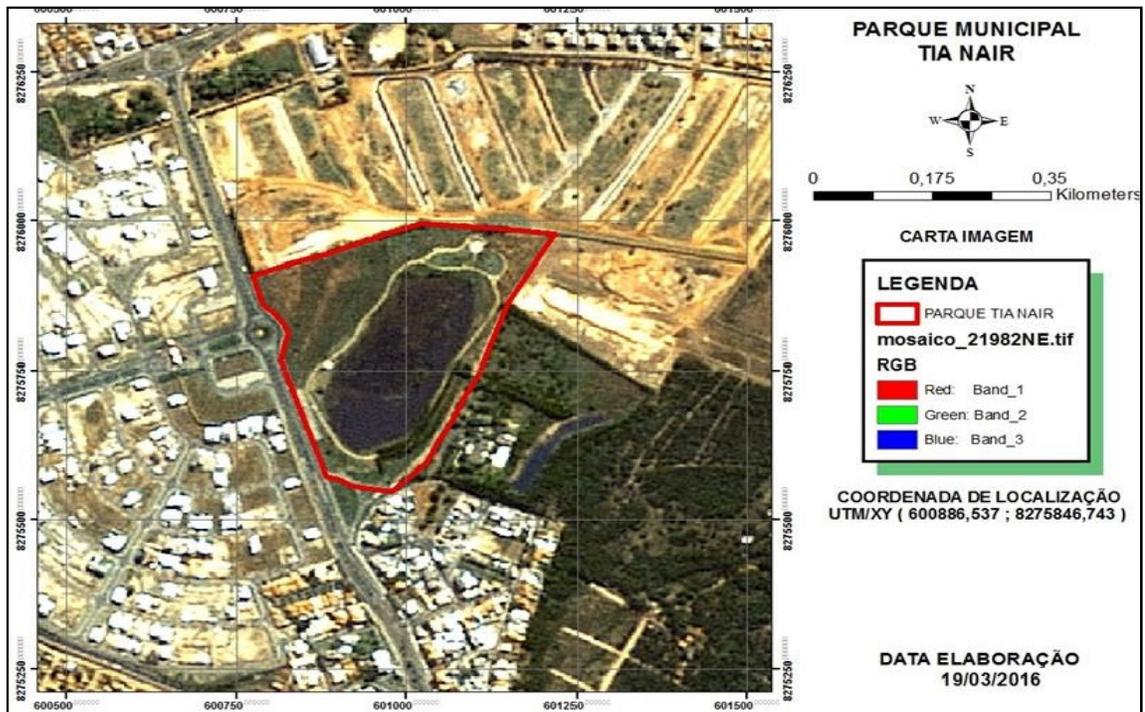


Figura 12. Parque Municipal Tia Nair (Fonte: SILVA, 2016).

Os planos de manejo são os documentos oficiais de planejamento das UC's, sendo obrigatórios para a gestão das mesmas. No entanto, muitas dessas unidades não possuem plano de manejo, existindo muitas vezes sem qualquer documento de planejamento.

No artigo 27 do SNUC, as UC's devem dispor de um plano de manejo e o prazo estabelecido para ser elaborado o plano é de cinco anos após a sua criação (BRASIL, 2000). É importante ressaltar que o país apresenta UC's ainda em processo de consolidação.

Em relação à área verde de competência federal, encontrada no perímetro urbano de Cuiabá, ela não possui plano de manejo. Entretanto, na pesquisa *in loco*, a gestora afirmou que essa área não é considerada como um parque, apenas fazendo parte da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Conforme dito anteriormente, apenas os três parques estaduais possuem plano de manejo. A seguir, será feita uma breve caracterização de cada uma dessas UC's, bem como a discussão do questionário aplicado junto aos gestores dessas áreas.

4.1 Parque Estadual José Inácio da Silva (Zé Bolo Flô)

O Parque José Inácio da Silva foi criado pelo Decreto Estadual n.º 1.693, de 2000, com uma área aproximada de 70ha. Localiza-se na Região Sul da cidade, nos bairros Coxipó e Jardim Gramado (Figuras 12 e 13). Denominado originalmente como Parque da Saúde, sua atual denominação foi feita pelo Decreto n.º 4.138, de 2002, e rende homenagem a José Inácio da Silva, o Zé Bolo Flô, que foi uma saudosa presença na vida social de Cuiabá, marcando o imaginário dos cuiabanos por sua singular maneira de ser (CUIABÁ, 2012).

O Parque Estadual Zé Bolo Flô possui terrenos drenados pela bacia do rio Coxipó, afluente direto do rio Cuiabá, cuja margem esquerda está a 1.400 metros do limite sudoeste do Parque. Essa inserção do Parque na Bacia do Rio Cuiabá, tem interessantes implicações biogeográficas, uma vez que se trata de região onde predomina o Bioma Cerrado, mas que possibilita a eventual ocorrência de elementos de fauna e flora ligado ao Pantanal, como também ao contexto amazônico (SEMA, 2012b) (Figura 14).

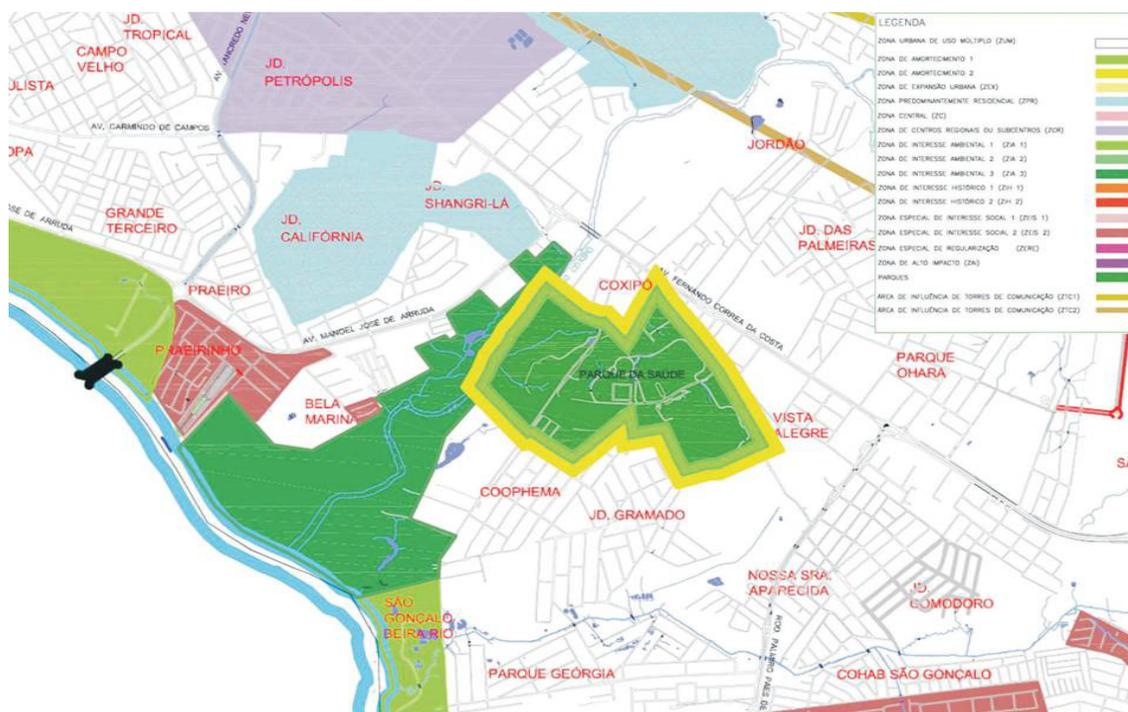


Figura 13. Limites do Parque Zé Bolo Flô (Fonte: SEMA, 2012b).



Figura 14. Parque Zé Bolo Flô.

4.2 Parque Estadual Mãe Bonifácia

O Parque Mãe Bonifácia foi criado como UC pela Lei n.º 4, de 24 de dezembro de 1992 (Lei Complementar Municipal de Gerenciamento Urbano). Posteriormente o governo do Estado, pelo Decreto n.º 1.470, de 9 de junho de 2000, efetivou a criação do Parque Mãe Bonifácia, com uma área aproximada de 77,50ha, localizado na Avenida Miguel Sutil, Região Oeste de Cuiabá (CUIABÁ, 2012) (Figuras 15 , 16 e 17).

A denominação do parque se deu em homenagem a uma escrava curandeira, denominada “Mãe Bonifácia”, que viveu no século XIX. Já com a idade avançada, essa escrava residia em um quilombo escondido nos arredores de Cuiabá e era muito procurada pelas suas práticas de curandeirismo, além disso, a ilustre personagem também controlava a entrada de escravos ao quilombo (SEMA, 2013).

O Parque Mãe Bonifácia está inserido no bioma Cerrado, que é de extrema importância para preservação, pois é berçário das principais bacias hidrográficas brasileiras. Suas características únicas permitem o endemismo de diversas espécies de fauna e flora (SEMA, 2013).



Figura 15. Limites do Parque Mãe Bonifácia (Fonte: SEMA, 2013).



Figura 16. Parque Mãe Bonifácia.

4.3 Parque Massairo Okamura

O Parque Massairo Okamura, criado pela Lei Municipal nº 2.681, de 6 de junho de 1989 e caracterizado como Reserva Ecológica, foi enquadrado na categoria de parque pela Lei Estadual nº 7.506, de 21 de setembro de 2001, com uma área de 53,7ha, localizado na Região Norte do município (CUIABÁ, 2012; SEMA, 2012a) (Figuras 18 e 19).

Assim como o Parque Zé Bolo Flô, o Parque Massairo Okamura está inserido na Bacia do Rio Cuiabá e, devido à sua localização, possibilita a eventual ocorrência de espécies amazônicas e espécies existentes no Pantanal (SEMA, 2012a). Sua cobertura vegetal é caracterizada por espécies de cerrado, cerradão e uma mata de galeria bem definida (VILANOVA; MAITELLI, 2009) (Figura 20).

Essa UC leva o nome do vereador Massairo Okamura, que foi homenageado em função da histórica atuação enquanto defensor do meio ambiente no município de Cuiabá, que foi consolidado com a fundação da Sociedade Cuiabana de Proteção ao Meio Ambiente, em 1977, sendo considerada a primeira organização ambientalista registrada na cidade (SEMA, 2013).

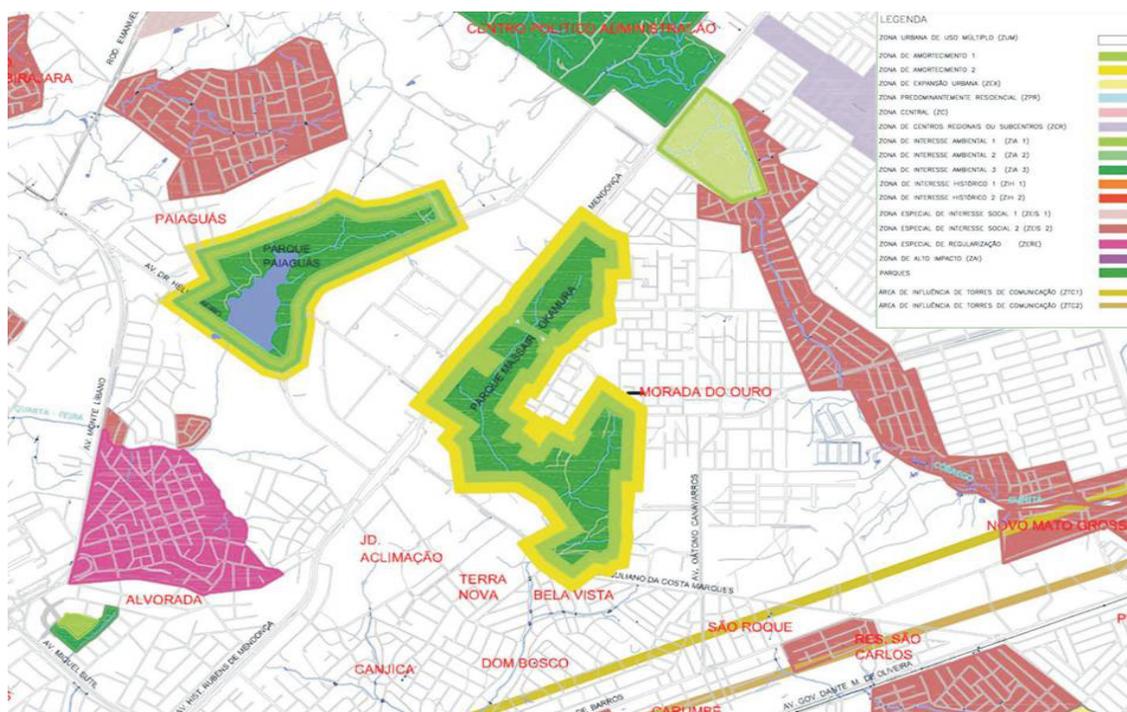


Figura 17. Limites do Parque Massairo Okamura (Fonte: SEMA, 2012a).



Figura 18. Parque Massairo Okamura.

4.4 Discussão sobre o questionário aplicado aos gestores dos parques estaduais da área urbana do município de Cuiabá

A Tabela 2 apresenta as respostas obtidas após a aplicação do questionário junto aos gestores das três UC's que apresentaram plano de manejo como documento para a gestão dos parques.

Após a elaboração do plano de manejo, antes do mesmo poder ser executado, é necessário que o mesmo seja instituído de acordo com a legislação pertinente. Cada parque teve seu plano de manejo instituído oficialmente, como indicado a seguir: Parque José Inácio da Silva – aprovado pelo Decreto nº 480, de 17 de outubro de 2012; Parque Mãe Bonifácia – aprovado pela Portaria nº 3, de 12 de janeiro de 2015; Parque Massairo Okamura – aprovado pelo Decreto nº 481, de 17 de outubro de 2012.

Tabela 2. Respostas obtidas após a aplicação do questionário.

Questão 1 - O Plano de Manejo é utilizado pelos responsáveis pelo parque?	
José Inácio da Silva	Sim
Mãe Bonifácia	Sim
Massairo Okamura	Sim
Questão 2 - Quantos programas existem dentro do Plano de Manejo? Quais são?	
José Inácio da Silva	Os programas temáticos se totalizam em 11. <ol style="list-style-type: none"> 1. Controle e erradicação de espécies exóticas 2. Proteção contra incêndios 3. Recuperação de áreas degradadas 4. Controle de animais domésticos e sinantrópicos 5. Monitoramento de águas superficiais 6. Inventário e estudos ecológicos da fauna terrestre e anfíbia 7. Monitoramento da fauna em áreas submetidas à recuperação ambiental 8. Uso público e educação Ambiental, 9. Estruturação e orientação para atividades educativas 10. Estruturação e orientação para atividades esportivas e recreativas 11. Programa de comunicação social.
Mãe Bonifácia	Totaliza-se em doze, os programas temáticos existentes no plano de manejo. <ol style="list-style-type: none"> 1. Proteção e manejo, 2. Pesquisa e monitoramento 3. Educação ambiental, 4. Operacionalização, 5. Sinalização, 6. Valorização histórico-cultural, 7. Recuperação de áreas degradadas, 8. Controle e erradicação de espécies invasoras, 9. Tratamento e destinação adequada de efluentes sanitários e Resíduos sólidos gerados no Parque e entorno

10. Controle de animais domésticos e sinantrópicos

11. Monitoramento de águas superficiais

12. Programa de comunicação social.

Massairo Okamura	Existem no plano 10 programas temáticos.
	1. Controle e erradicação de espécies exóticas invasoras
	2. Proteção contra incêndios
	3. Recuperação de áreas degradadas
	4. Tratamento e destinação adequada de efluentes gerados no parque e entorno
	5. Controle de animais domésticos e sinantrópicos
	6. Monitoramento de águas superficiais
	7. Inventário e estudos ecológicos da fauna terrestre e anfíbia
	8. Monitoramento da fauna em áreas submetidas à recuperação ambiental
	9. Uso público e educação ambiental
	10. Estruturação e orientação para práticas esportivas e recreativas
	11. Estruturação e orientação para atividades educativas
	12. Programa de comunicação social.

Questão 3 - Desses programas, quais são prioritários?

José Inácio da Silva	Citou um programa de uso público e educação Ambiental. Porém não disse ser o prioritário.
Mãe Bonifácia	Pesquisa e monitoramento (levantamento de fauna e flora); controle e erradicação de espécies invasoras; recuperação de áreas degradadas.
Massairo Okamura	Pesquisa e monitoramento (fauna e flora); uso público e educação ambiental, estruturação e orientação para práticas esportivas e recreativas, estruturação e orientação para atividades educativas e programa de comunicação social.

Questão 4 - Quantos programas estão sendo desenvolvidos? Por quê?

José Inácio da Silva	O gestor responsável pela unidade alegou que se trata de um
----------------------	---

documento muito extenso. Mas disse que é a forma mais adequada para gestão do parque.

Mãe Bonifácia Segundo o gestor alguns programas, como pesquisa e monitoramento (levantamento de fauna e flora), controle e erradicação de espécies invasoras e recuperação de áreas degradadas eram para ser aplicados, porém a falta de verba não viabilizou isso.

Massairo Okamura Educação ambiental, relacionado com o espaço para a comunidade vizinha.

Questão 5 - Quais as dificuldades encontradas para desenvolver os programas?

José Inácio da Silva Usuários que tem dificuldade com a educação ambiental, e a falta de respeito com a unidade de conservação. E a dificuldade de verba, sendo difícil conseguir recursos para a UC.

Mãe Bonifácia O recurso financeiro.

Massairo Okamura Falta da presença do Estado – recursos.

Ao analisar as respostas obtidas através do questionário, foi possível perceber, que o principal entrave para a aplicação dos programas existentes dentro dos planos de manejo dos três parques analisados, está vinculado à questão financeira, ou seja, a falta de recursos, o que inviabiliza o desenvolvimento de qualquer programa nessas unidades.

A efetividade da aplicação dos programas do plano de manejo significa a capacidade das UC's em cumprir os objetivos para os quais foram criadas (LIMA et al., 2005). E dentro dessas três unidades, os programas do plano de manejo não estão sendo aplicados efetivamente. A questão 4, na resposta do gestor do parque Zé Bolo Flô por exemplo, demonstra que em muitos dos casos, os próprios gestores dos parques não são capazes de responder aquilo que está sendo aplicado na unidade. Isso evidencia a falta de pessoas qualificadas para gestão das UC's.

Em uma avaliação geral dos programas, pode-se concluir que a situação da aplicabilidade deles é ineficiente. A carência de dotações orçamentárias e a falta de recursos financeiros estão ligadas ao fato destes espaços estarem sendo criados somente no papel (SILVEIRA; BRANDÃO, 2005). A localização das unidades também interfere muito na aplicação dos recursos, pois se a área for periférica a aplicação de melhorias na unidade é menor que naquelas que se localizam na área central.

A análise das leituras abordadas demonstra, entretanto, que no âmbito do planejamento urbano há constantes faltas de atenção a estes espaços, que são preteridos em relação a outras atividades, principalmente as de ordem econômica (COSTA, 2011).

É incontestável a necessidade de realizar uma gestão do patrimônio ambiental com o intuito de cuidar bem daquilo que já existe, para que os parques urbanos cumpram com eficiência seu papel de apoio na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (OLIVEIRA, 2007).

Em relação aos parques municipais identificados nessa pesquisa, eles são regidos pelas premissas do Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SMUC), que trata no artigo 584, do ato da criação das unidades de conservação, onde constarão seus limites geográficos, o órgão ou entidades responsáveis pela sua administração e que os mesmos, disporão de um plano de manejo, no qual se define o zoneamento da unidade e sua utilização (CUIABÁ, 2004).

Foram identificadas sete áreas municipais no perímetro urbano de Cuiabá, que se dividiu do seguinte modo: quatro unidades consideradas como áreas verdes - Parque da Lagoa Encantada, Parque Memorial João Paulo II, Parque General Eurico Gaspar Dutra e Parque Nossa Senhora Aparecida.

Além disso, foram identificadas três UC's: Horto Florestal de Cuiabá – Parque Tote Garcia, criado pela Lei Municipal de 19 de Maio de 1989; Parque Antonio Pires de Campos – Morro da Luz, criado pela Lei nº 2.023 de 9 de novembro de 1982 e tombado pelo decreto nº 870 de 13 de dezembro de 1983; Parque Tia Nair, criado pela Lei municipal nº 4.372 de 23 de maio de 2003 (CUIABÁ, 2012).

Diante dessa apresentação, a situação das unidades de conservação municipais é crítica, pois nenhuma dessas áreas possui um plano de manejo ou qualquer outro documento de gerenciamento ambiental, apesar de ser um requisito estabelecido por lei, para a gestão dessas áreas.

A precariedade do município em relação à essas UC's é muito grande pois a prefeitura de Cuiabá, na secretaria competente por essas áreas, não disponibiliza nenhuma relação dessas unidades municipais existentes, e o que é apresentado se refere, em grande maioria, aos parques estaduais..

Uma grande preocupação é em relação às áreas verdes, que são de grande relevância ecológica. Entretanto, não existe plano de manejo ou documento de gerenciamento ambiental, apesar de que no artigo 10 da Legislação Urbana constituem-se diretrizes específicas do desenvolvimento urbano na área de Meio Ambiente e Recursos Naturais: criar mecanismos legais e econômicos que incentivem e compensem preservação de áreas verdes com atributos naturais significativos, além de estabelecer programas de conservação e manejo de áreas verdes; arborização urbana; educação ambiental; recuperação e conservação de praças públicas (CUIABÁ, 2004).

Além dessas áreas apresentadas existem outras duas que estão em fase de implantação: Parque Municipal Dante Martins de Oliveira – Decreto nº 4.454/06; Parque Paiaguás, também de competência municipal – Lei Estadual nº 8.637,12 de janeiro de 2007 (CUIABÁ, 2012).

Apesar de algumas dessas UC's estarem em fase de implantação, percebe-se um marasmo em relação à implantação efetiva desses parques. Além de todo trâmite burocrático, a falta de recursos e de pessoal qualificado para a gestão dessas unidades também colaboram com essa demora.

No Brasil, os recursos financeiros para investimentos em áreas protegidas são insuficientes. O gasto médio brasileiro nas UC's situa-se perto da metade da média dos países não desenvolvidos, abaixo da média da América do Sul, sendo mais de vinte vezes menores do que a média dos países desenvolvidos (MARETTI, 2001).

Dessa forma, a necessidade de gerenciamento que garanta a proteção dos parques é fundamental, pois com o crescimento da urbanização a relação da natureza com o ser humano vai se tornando mais estreita, pois cada vez se torna maior a degradação nas grandes cidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema “gestão de parques urbanos” ainda é pouco explorado pela comunidade técnica e acadêmica. São poucos os trabalhos publicados que tratam do assunto, sobretudo no que se refere a plano de manejo e sua efetividade (OLIVEIRA; BITAR, 2009).

A necessidade de gerenciamento dessas áreas verdes dentro do ambiente urbano, é fundamental para a conservação dessas unidades. É necessário que os órgãos competentes que têm como missão gerenciar os parques urbanos, se atentem ao gerenciamento das unidades. A gestão de parques no Brasil sempre esteve fortemente voltada para a noção de manejo dos recursos naturais e pouca atenção é dada aos aspectos organizacionais, extremamente importantes para o sucesso ou o fracasso da unidade (ARAÚJO, 2004).

A aplicação e a criação do plano de manejo para as áreas verdes urbanas são fundamentais para gestão adequada dessas unidades, pois a melhor forma de criar espaços para lazer e recreação é a conservação das áreas verdes. Essa conservação, aliada com a manutenção dos parques e investimentos em melhorias das áreas verdes, associadas à necessidade de fiscalização rigorosa contribuem para o sucesso na manutenção dessas áreas verdes e seu uso pela comunidade (BARBOSA, 2006).

Espera-se então, que autoridades competentes estejam mais atentas a essas áreas de grande importância ecológica e social, tomando cuidado com o gerenciamento dessas unidades de forma que esses parques urbanos possam desenvolver seu papel na sociedade, garantindo sua conservação através de uma gestão adequada.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. P.; LUIZA da COSTA, R.; PINILLOS, A. C. M.; VACARI, T. C.; AGOSTINHO, C. A. Parque Estadual Zé Bolo Flô: diagnóstico e contribuições para a gestão ambiental. In: XII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, 2014, Natal/RN. **Anais**. Natal: XIISRHN, 2014. p. 1-6.

ARAÚJO, M. A. R. **Subsídios ao planejamento do sistema estadual de unidades de conservação**: tamanho, representatividade e gestão de parques em Minas Gerais. 2004. 253 f. Tese (Doutorado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre), Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **REVSBAU**, Piracicaba, v. 6, n. 3, p. 172-188, jun., 2011.

BOVO, M. C. O parque urbano no contexto da organização do espaço da cidade de Campo Mourão (PR), Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 34, p. 50-71, jan./jul., 2012.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

CARDOSO, S. L. C.; SOBRINHO, M. V.; VASCONCELLOS, A. M. A. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 74-90. jan./abr., 2015.

COSTA, D. O. **Parâmetros normativos para a gestão de parques urbanos do Distrito Federal**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, Brasília, 2011.

CUIABÁ. **Prefeitura Municipal de Cuiabá/Legislação Urbana de Cuiabá/IPDU – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano**. Cuiabá: Entrelinhas, 2004.

CUIABÁ. **Perfil Socioeconômico de Cuiabá**. Cuiabá: Central de Texto, 2012. Volume V.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FARIA, C. **Parques urbanos**. 2008. Disponível em <<http://www.infoescola.com/meio-ambiente/parques-urbanos/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

FERREIRA, A. D. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: o caso do passeio público da cidade do Rio de Janeiro**. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Rio de Janeiro, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BEKER, B. K. et al. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 309-333.

IBAMA. **Roteiro Metodológico para Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto**. Brasília: IBAMA, 2002.

KLIASS, R. G. **Os parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

LIMA, A. E. M.; ROCHA, N. M. M. Dinâmica de parques urbanos em Fortaleza-CE: considerações sobre o Parque Rio Branco. **Conexões - Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 53-61, 2009.

LIMA, A. M. L. P. et al. **Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos**. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 1994, São Luiz. **Anais**. São Luiz: Imprensa EMATER/MA, 1994. p. 539-553.

LIMA, G. S.; RIBEIRO G. A.; GONÇALVES W. Avaliação da efetividade de manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral em Minas Gerais. **Rev. Árvore**, Viçosa, v. 29, n. 4, p. 647-653, jul./ago., 2005.

LOBODA, C. A.; ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011.

MARETTI, C. Comentários sobre a situação das Unidades de Conservação no Brasil. **Revista de Direitos Difusos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 633-652, fev., 2001.

MATOS, E. S. **Subsídio para o plano de manejo do parque ecológico Ezequias Heringer, Guará – Distrito Federal**. 2004. 98 f. Monografia (Especialização em Ecologia), Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MELAZO, G. C.; COLESANTI, M. T. M. Parques Urbanos: importantes “espaços verdes” na dinâmica ambiental das cidades. In: II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o cerrado no século XXI”, 2003, Uberlândia. **Anais**. Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, P. T. S. B. **Sistema de indicadores ambientais**: um modelo para o monitoramento de parques Urbanos. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental), Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, P. T. S. B.; BITAR O. Y. Indicadores ambientais para o monitoramento de parques urbanos. **InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 4, n. 2, maio/ ago., 2009. p. 1-14.

REZENDE, P. S. et al. Qualidade ambiental em parques urbanos: levantamento e análises de aspectos positivos e negativos do Parque Municipal Victório Siquierolli – Uberlândia – MG. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, Uberlândia, v. 4, n.10, p. 53-73, ago., 2012.

SCALISE, W. Parques Urbanos – evolução, projeto, funções e usos. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, out., 2002.

SEMA. **Plano de Manejo do Parque Estadual Massairo Okamura**. Cuiabá: SEMA, 2012a.

SEMA. **Plano de Manejo do Parque Estadual Zé Bolo Flô**. Cuiabá: SEMA, 2012b.

SEMA. **Plano de Manejo Parque Estadual Mãe Bonifácia - Cuiabá - MT**. Cuiabá: SEMA, 2013.

SILVA, L. J. M. **Parques urbanos: a natureza na cidade**: uma análise da percepção dos atores urbanos. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade Brasília, Brasília, 2003.

SILVA, W. A. O. **Cartas Imagens dos Parques de Cuiabá/MT**. Cuiabá, 2016.

SILVEIRA, G. N.; BRANDÃO, H. Aspectos da gestão da reserva ecológica de Juatinga sob a luz da legislação ambiental considerando a ocupação por comunidades Caiçaras. **Revista de Direitos Difusos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 30, p. 67-84, mar./abr., 2005.

TROPPEMAIR, H.; GALINA, M. H. Áreas verdes. **Território & Cidadania**. Rio Claro, n. 2, jul./dez., 2002.

VAINER, A. G. Conflitos ambientais em evidência na criação e manejo de um parque nacional: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010, Fortaleza, 2010. **Anais**. Fortaleza: XIX CONPEDI, 2010.

VILANOVA, S. R. F.; MAITELLI, G. T. A importância da conservação das áreas verdes remanescentes no centro político administrativo de Cuiabá-MT. **UNICIÊNCIAS**, Cuiabá, v. 13, n. 1, p. 55-71, 2009.

ZANIN, E. M. **Caracterização Ambiental da paisagem urbana de Erechim e do Parque Municipal Longines Malinowski. Erechim - RS**. 2002. 163 p. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2002.

APÊNDICE I



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO
CAMPUS CUIABÁ – BELA VISTA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL**

ROTEIRO - PESQUISA

**PLANOS DE MANEJO DAS ÁREAS VERDES URBANAS DO MUNICÍPIO DE
CUIABÁ/MT**

1. Nome do Parque:
2. Tipo (municipal, estadual ou federal):
3. Possui Plano de Manejo?
 - a) Se a resposta for NÃO: existe previsão de elaboração do mesmo? Qual roteiro metodológico será utilizado para a elaboração do mesmo?
 - b) Se a resposta for SIM: ele é acessível à qualquer pessoa? Se não for, qual o motivo?

APÊNDICE II



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO
CAMPUS CUIABÁ – BELA VISTA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL**

QUESTIONÁRIO

PLANOS DE MANEJO DOS PARQUES URBANOS DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT

- 1. O Plano de Manejo é utilizado pelos responsáveis pelo parque?**
- 2. Quantos programas existem dentro do Plano de Manejo? Quais são?**
- 3. Desses programas, quais são prioritários?**
- 4. Quantos programas estão sendo desenvolvidos? Por quê?**
- 5. Quais as dificuldades encontradas para desenvolver os programas?**